

PFL ataca contas do governo

Brasília — As contas do

governo estão desequilibradas. Coube ao deputado José Lourenço, líder da bancada do PFL — partido que integra a coligação de apoio parlamentar ao presidente José Sarney, ao lado do PMDB —, fazer a denúncia e comprová-la, em discurso lido na tribuna do plenário da Assembléia Constituinte. O documento foi a mais severa crítica aos ministros da área econômica feita até hoje no Congresso por um partido que participa do governo.

O documento denuncia que o governo não tem como impor a recessão à sociedade brasileira: "Se a economia mundial está crescendo, se o preço do petróleo e as taxas de juros internacionais estão em níveis mais elevados do que em 1985, não há justificativa perante a opinião pública para que a política econômica do governo leve o país à recessão." Contudo, o PFL entende que não poderá haver crescimento econômico sustentado com inflação de 16% ao mês e contas externas desequilibradas.

A saída, na receita do partido, passa por medida de grande austeridade nas áreas fiscal e monetária, porque, do contrário, o país vai mergulhar na hiperinflação e até mesmo recessão: "O caminho para a redução do nível de inflação passa pela disciplina das contas públicas. O governo tem que reduzir seus gastos e despesas supérfluas (todos os gastos que não são investimentos), conter o tamanho do estado do empresário e privatizar a economia."

O déficit do setor público, segundo o documento, leva o governo a recorrer com frequência ao mercado financeiro, tomando dinheiro que deixa de ser canalizado para a empresa privada e para o setor produtivo. A maior presença do estado no

Brasília — José Varella



Funaro e Gros, alvos principais do PFL

mercado financeiro, disputando recursos, eleva a taxa de juros, que já atingiu o patamar superior a 20% e prejudica a iniciativa privada, principalmente pequenas e médias empresas. Explica ainda o documento do PFL: "A elevação das taxas de juros, decorrência do déficit público, aumenta o custo das empresas, pressiona preços e causa inflação."

A crítica maior do documento é sobre o déficit: "O governo declarou que o déficit de caixa do Tesouro em 1986 atingiu soma superior a Cz\$ 50 bilhões, mas não indicou o que fez com os cruzados resultantes da queima de reservas, que, por estima-

tivas, devem ter alcançado o montante de Cz\$ 70 bilhões. O governo também não indicou o valor dos gastos públicos realizados pelo Banco do Brasil e que até hoje não foram pagos àquela instituição financeira, o que mostra que as contas públicas continuam desequilibradas."

Na sequência da denúncia, o discurso prega a redução do déficit e o equilíbrio das contas, alertando que uma hiperinflação levará o país à recessão e indicando ao governo uma política monetária austera para estimular a poupança, medida que só poderá ser assumida após a redução do déficit.

O documento também condena qualquer tabelamento das taxas de juros — a medida desestimularia a poupança, além de provocar maior consumo e pressionar as taxas inflacionárias. "A redução das taxas de juros não será conseguida através do tabelamento e sim através de uma melhor administração das contas públicas e da eliminação do déficit."

É com apreensão, diz o documento, que o PFL acompanha o descontrole das contas externas em um ano no qual as taxas de juros caíram no mercado internacional, em que houve redução do preço do petróleo e as reservas internacionais não aumentaram, mas foram dramaticamente reduzidas.

O partido acha que o governo deve adotar medidas para aumento dos superávits comerciais: "É importante retomar o nível das exportações que possam gerar dólares necessários à importação de insumos de que necessitam os industriais para manter a produção e o nível de emprego." O documento do partido recomenda firmeza ao governo na renegociação da dívida externa.

A conclusão do discurso é um pedido ao governo para não ferir os princípios da economia. O documento provocou reação no plenário; o deputado Bonifácio Andradá (PDS-MG) disse:

— Um partido do governo dá conhecimento à Nação de que a crise da economia é da maior gravidade e as soluções até aqui anunciadas não atingem a causa principal do reajuste, que é o excesso de gastos que o governo está fazendo.